

balhos publicados,¹ para o preenchimento de lacunas na historiografia existente. Evidentemente, não foi só no Cpdoc que o interesse pela história fluminense e carioca se manifestou. A partir da década de 1980, a produção acadêmica em geral incluiu trabalhos sobre o tema. Uma avaliação mais detida, contudo, permite perceber uma concentração de estudos voltados para a Primeira República e para questões relacionadas ao desenvolvimento urbano do estado em período mais recente. As questões ligadas ao espaço da política receberam pouca atenção.²

A linha de pesquisa desenvolvida no Cpdoc insere-se justamente nesse hiato, produzindo trabalhos que insistem na importância de estudar questões políticas e de buscar vetores interpretativos para avaliar a especificidade e a ressonância daquilo que acontece nessa área no estado e na cidade do Rio de Janeiro.³ A inclusão de um módulo voltado para a história política do Rio de Janeiro no projeto “Brasil em transição” foi, portanto, mais que natural. Em sua formulação, pretendeu-se não só dar continuidade a reflexões anteriores sobre o campo político fluminense, mas também estabelecer um objeto de análise específico: a fusão em suas relações com o regime militar e com a transição política. Esse tema já havia sido abordado em artigo de autoria minha e de Grynszpan, publicado em 1994,⁴ mas agora poderia ser aprofundado. É preciso acrescentar que uma circunstância foi extremamente benéfica ao desenvolvimento do estudo. Na mesma época em que ele teve início, foi firmado um convênio entre o Cpdoc e a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para a constituição do Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, que se tornou uma fonte paralela de pesquisas e publicações.⁵

Tomando como marco cronológico inicial a fusão, a pesquisa “O novo estado do Rio de Janeiro: laboratório da transição política” propôs-se observar de que maneira se processou a relação entre os níveis federal, estadual e municipal na fase de configuração do novo campo político estadual que misturou representantes cariocas e fluminenses. Partia-se do princípio de que essa rela-

¹ Ver anexo 1. Dessa linha de pesquisa participaram Américo Oscar Guichard Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Silva da Motta.

² Ver Ferreira (1993).

³ Sobre a contribuição da linha de pesquisa “História do Rio de Janeiro”, do Cpdoc, para a produção historiográfica sobre a política fluminense, ver Sento-Sé (2003).

⁴ Ver Ferreira e Grynszpan (2000).

⁵ Ver anexo 2.

ção seria a chave para a compreensão do perfil político e econômico do novo estado do Rio de Janeiro, e também das tensões e injunções específicas do processo de transição democrática vivenciado na esfera política nacional.

Os estudos sobre a cidade e o estado do Rio de Janeiro realizados no Cpdoc tiveram desde o início a preocupação de estudar a política local, tanto em seus elementos constitutivos quanto em sua dinâmica, e de relativizar as leituras que tendem a reduzir essa problemática às ingerências do poder central. A existência de um campo político próprio na cidade e no estado foi, aliás, confirmada pela análise de diversas conjunturas ao longo da história republicana.⁶ Isso não significa que se tenha descuidado da estreita e por vezes problemática interação que as elites locais estabeleceram com o poder central, nem dos momentos em que esse poder fez valer sua força e sua capacidade de intervenção. Mas, sem dúvida, sempre se procurou evidenciar que as elites locais não foram atores passivos das decisões nacionais, e sim capazes de produzir estratégias destinadas a minimizar as ações disciplinadoras do governo federal, a conquistar ganhos políticos diante das facções ou grupos rivais na esfera local, e a ampliar espaços no contexto da Federação brasileira. Foi essa mesma visão que orientou o estudo aqui apresentado, em que se explora a dimensão política da fusão enquanto projeto e enquanto nova realidade em implantação.

O projeto da fusão

Interpretações correntes

Passados quase 30 anos, a fusão da Guanabara com o estado do Rio permanece ao mesmo tempo um tema tabu e um tema polêmico. Para muitos, é melhor não lembrar o assunto, fingir que ele não existiu. Prova disso é que o 25º aniversário da constituição do atual estado do Rio de Janeiro, no ano 2000, transcorreu em meio a um grande silêncio. Alguns poucos pesquisadores acadêmicos procuraram trazer o tema para o debate, mas a mídia e grande parte das autoridades do estado preferiram calar-se.

Já para os que se dispõem a lembrar a fusão e a refletir sobre ela, a marca das discussões, de modo geral, é a polêmica. A tendência mais comum é atri-

⁶ Ver Ferreira (2000a); Freire e Sarmiento (1999).

buir à fusão todos os males da cidade e do estado do Rio de Janeiro nos últimos anos, com o que se elimina qualquer responsabilidade dos governantes pelas dificuldades, fraquezas e crises da administração local. Esse diagnóstico é mais contundente entre aqueles radicados na cidade do Rio de Janeiro e está ligado à crença em uma “idade de ouro” situada na época do Rio-Distrito Federal ou do Rio-Guanabara. A única maneira de recuperar esse passado glorioso seria assim a “desfusão”, proposta que em toda conjuntura eleitoral é levantada como solução para todos os problemas.

Desde a década de 1970, tanto no senso comum quanto entre os políticos de oposição ao regime militar, consolidou-se a interpretação segundo a qual a fusão teria como objetivo maior domesticar a seção carioca do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Num quadro de bipartidarismo, em que o MDB representava a oposição possível, e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representava o governo, o estado da Guanabara vinha assistindo à ascensão de Chagas Freitas e de seus seguidores emedebistas. Chagas Freitas controlava não só o Executivo estadual, já que em 1970 fora eleito por voto indireto governador da Guanabara, mas também a bancada do MDB na Assembléia Legislativa e mais da metade dos representantes cariocas na Câmara dos Deputados. Aproximavam-se as eleições de novembro de 1974, e o governo federal antevia a vitória do MDB no âmbito nacional. Sendo a Guanabara o único estado da Federação governado pela oposição, era preciso diluir a força eleitoral do partido de oposição. A fusão com o estado do Rio, governado pela Arena, seria certamente o caminho mais seguro para se alcançar esse resultado. Com a junção das bancadas carioca e fluminense, além de se diluir o peso do MDB da Guanabara, se estimularia uma cisão interna no partido, na medida em que dois importantes caciques emedebistas seriam forçados a dividir a liderança: Chagas Freitas, o “dono” do MDB carioca, e Amaral Peixoto, o velho “comandante” da política do estado do Rio. Diferentes depoimentos colhidos pelo Cpdoc expressam essa visão. Um deles é o do jornalista Rogério Coelho Neto, sobre as eleições de 1974: “a fusão só foi feita porque o Geisel recebeu uma pesquisa que mostrava que o peso do MDB no estado da Guanabara ia ser muito grande. Eles quiseram mudar isso, diluir um pouco a coisa”.⁷

⁷ Apud Ferreira (1988:299).

Depoimentos de políticos e técnicos que vivenciaram o processo de fusão também vão nessa direção. Francisco de Mello Franco, secretário de Planejamento e Coordenação da Guanabara no governo Chagas, diante do argumento de que a fusão aumentaria o espaço físico da Guanabara, afirma que a Guanabara vivia uma conjuntura de dinamismo econômico e que a iniciativa do governo federal visava fundamentalmente a controlar a oposição. Em suas palavras,

naqueles últimos quatro anos, a Guanabara tinha sido o estado que mais se desenvolvera no país, o que estava em melhor situação financeira e orçamentária e o que tinha surpreendido mais, pelo arrojo de suas propostas; era uma joiazinha, com a maior renda *per capita* do Brasil e um nível cultural invejável. A essa cabeça, o governo federal decidiu juntar um corpo incompatível, mesmo historicamente (...). Acontece que fizeram a fusão e abandonaram o Rio de Janeiro, por isso não acredito que a razão tenha sido a criação de um segundo pólo de desenvolvimento, como se chegou a dizer na época. Se fosse verdade, teriam repassado os recursos que prometeram (...). Mas não fizeram nada disso. Com fundadas razões, acredito que a fusão teve como objetivo esvaziar o conteúdo oposicionista do Rio de Janeiro. (...) Isso eu ouvi de mais de um militar, naquele tempo: “o Chagas a gente agüenta. Agora, quem é que vem depois dele?”.⁸

Essa perspectiva era a mesma dos líderes nacionais do MDB. A documentação referente à fusão, constante do arquivo de Ernani do Amaral Peixoto, permite percebê-lo. O senador emedebista, embora fosse contrário à fusão, não fechava questão em torno do assunto e declarava-se disposto a discutir o tema. Mas, na sua avaliação, o governo se recusava a fazê-lo, deixando de lado, ao contrário do que afirmava, questões fundamentais, como as administrativas e tributárias. Isso se daria, a seu ver, porque o objetivo do governo era atingir o MDB.⁹ No mesmo arquivo, a documentação referente ao MDB contém o voto em separado do partido ao projeto de lei complementar da fusão. Ali, depois de se afirmar que a nomeação de um governador para o novo estado pelo governo federal visava, na verdade, a impedir que este saísse do MDB, declarava-se:

⁸ Apud Motta e Sarmiento (2001:134-137).

⁹ Cpdoc/FGV. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto — EAP 73.12.19 Sen – P1 (apud Ferreira e Grynszpan, 2000:132).

A fusão deveria ser o resultado da vontade expressa das duas unidades federativas, sem a pressa e os artifícios que hoje a maculam, tornando-a não só um rol de inconstitucionalidades, mas também um instrumento político-partidário de que se serve o governo federal, através da bancada majoritária, contra os legítimos direitos de expansão do MDB. Não rejeita a oposição a idéia de se fundirem as duas unidades federativas, mas repele energicamente a forma.¹⁰

É interessante observar que, em suas declarações, os emedebistas em geral procuravam enfatizar sua abertura ao debate e mesmo sua disposição para aceitar a idéia da fusão. Eram o governo e seus aliados no Congresso, segundo eles, que fechavam a questão, mostrando-se avessos a qualquer discussão ou alteração do projeto que pudesse pôr em xeque seu objetivo mais profundo: a desarticulação da oposição.

Se é possível detectar tantas vozes críticas à fusão, também merecem ser recuperados os argumentos favoráveis, oriundos tanto de representantes da esfera federal quanto de lideranças locais. Assim, por exemplo, argumentos que sustentam a legitimidade da medida podem ser encontrados no depoimento de Ronaldo Costa Couto, secretário de Planejamento do governo Faria Lima (1975-79), o primeiro governo pós-fusão:

Eu achava que o projeto [da fusão] tinha fundamento. Sempre considerei aquela divisão artificial muito prejudicial à Guanabara e ao estado do Rio. Existia um fenômeno urbano único, englobando 14 municípios — o Grande Rio —, e essa divisão institucional entre os dois estados dificultava tudo, porque emperrava o organismo urbano; multiplicava custos, onerando o contribuinte; reduzia o potencial econômico do conjunto, superior ao das partes, e tratava a administração com diferentes comandos e limites legais. (...) Os problemas acumulados no estado do Rio já se refletiam sobre a qualidade de vida da Guanabara e vice-versa. (...) Quando se decidiu a fusão, criou-se a expectativa de canalização maciça de recursos federais. Com o aprofundamento da crise econômica e o fim do “milagre” brasileiro, o governo federal torceu um pouco as torneiras, mas não as

¹⁰ Cpdoc/FGV. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto — EAP 66.07.23 MDB — P1 (apud Ferreira e Grynszpan, 2000:132).

fechou. (...) Encontramos uma situação difícil tanto na Guanabara como no estado do Rio: ambos enfrentavam graves dificuldades financeiras. É falso dizer que a Guanabara era rica. Havia muitos mitos sobre o Rio naquele tempo, e isso só atrapalhava. A verdade verdadeira é que, mesmo sendo capital, até o início dos anos 1960 faltavam água e luz no Rio.¹¹

Também na visão das elites empresariais cariocas a fusão era uma alternativa desejável. O depoimento de Arthur João Donato, empresário do setor naval e membro da diretoria da Federação das Indústrias da Guanabara, a Fiega, que então passou a Firjan, traz informações interessantes:

Mario Henrique Simonsen [ministro da Fazenda do governo Geisel] foi um grande arauto da fusão. Seu argumento principal era que a Guanabara, que tinha toda uma dinâmica de desenvolvimento industrial, estava cercada na possibilidade de descentralização da indústria. O estado-cidade tinha um desenvolvimento urbano muito intenso, com outras atividades, com o problema imobiliário, e isso se chocava com a possibilidade de desenvolver razoavelmente a indústria através de uma política de descentralização. (...) São Paulo teve seu núcleo industrial (...), mas depois a cidade cercou a indústria paulista, e eles passaram para o ABC. Mas nós não tínhamos essa possibilidade aqui. Simonsen foi dos que compreenderam a necessidade de se ter espaço físico para a expansão da atividade econômica, principalmente no campo industrial, e afinal a Firjan se rejubilou com isso. Daí por que uma das coisas que nós fizemos ainda no tempo do Mario Leão Ludolf, e que eu enfatizei muito quando o substituí na presidência, foi a interiorização da Firjan. A idéia de um Rio de Janeiro unificado, capaz de abrigar um desenvolvimento industrial que, a partir da Guanabara, se derramaria para todo o estado, sempre teve o apoio do Simonsen, que várias vezes se pronunciou favoravelmente.¹²

As interpretações da fusão mencionadas acima traduzem visões diferentes: para uns, tratava-se de um problema político-partidário, ou seja, de uma ofensiva contra o MDB; para outros, de uma medida destinada a resolver pro-

¹¹ Apud Motta e Sarmiento (2001:108-110).

¹² Apud Alberti, Sarmiento e Rocha (2002:174).

blemas técnico-econômicos e destituída de qualquer conotação política. Vejamos onde levam tais linhas de pensamento.

Reverendo a interpretação político-partidária

Em artigo já mencionado, escrito em co-autoria com Grynszpan (2000), procurei relativizar os argumentos que apontam a intenção política de enfraquecer o MDB como o principal móvel da fusão, chamando a atenção para alguns fatos. Em primeiro lugar, Chagas Freitas foi eleito governador da Guanabara em 1970, no auge do endurecimento do regime, com o patrocínio militar. Embora pertencesse ao MDB, não só não se envolvia em enfrentamentos com a ditadura, como tinha um ótimo relacionamento com o meio militar. Por outro lado, o desenrolar do processo de fusão mostrou que o regime militar não atuou de forma a enfraquecer o MDB carioca. Diferentemente do esperado, a Arena carioca e seu principal líder engajado na fusão, o deputado Célio Borja, ficaram totalmente marginalizados na construção do novo estado. O governador nomeado por Geisel, Faria Lima, não só não teve nenhum tipo de iniciativa que ajudasse a alargar a esfera de ação dos arenistas no governo, como permitiu que os esquemas de dominação chaguista enquistados dentro da máquina administrativa fossem preservados.

Num segundo artigo, publicado no livro *Dossiê Geisel* (2002b), lancei mão do arquivo do presidente para trazer novos elementos à discussão. A documentação sobre a fusão constante do Arquivo Ernesto Geisel, ainda que pouco significativa em termos quantitativos, fornece dados interessantes acerca da articulação da medida. O material relevante é proveniente dos despachos do ministro da Justiça, Armando Falcão, com o presidente, e de relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o quadro político geral nos meses que antecederam as eleições de 1974. De acordo com essa documentação, tão logo se iniciou o governo Geisel, em 15 de março de 1974, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro emergiu como uma questão importante. Em despacho datado de 24 de abril de 1974, Armando Falcão afirma a determinação do governo de enfrentar o problema da fusão ao encarregar o deputado Célio Borja de redigir o anteprojeto de lei complementar. Nesse documento fica clara a confiança de Geisel na colaboração de Chagas Freitas para levar adiante o projeto de fusão.

A documentação que nos permite traçar um quadro mais claro dos problemas políticos enfrentados no encaminhamento da fusão é a proveniente do SNI, que informa sobre a ausência de unidade de pensamento entre os arenistas. Assim, afirma-se, enquanto “a comissão executiva da Arena carioca manifestou sua absoluta confiança na decisão do governo federal”, “o presidente da Arena do estado do Rio de Janeiro confirmou à imprensa sua posição contrária à fusão, acrescentando que as lideranças políticas daquele estado não aceitariam as teses das vantagens da integração do estado do Rio à Guanabara”. Em contrapartida, o MDB da Guanabara, consciente da irreversibilidade do processo de fusão, em vez de lamentar a perda do controle do governo estadual, tratou de se estruturar rapidamente, visando à disputa de cadeiras na Assembleia Legislativa do estado que resultaria da fusão. Seu objetivo era obter uma representação legislativa suficientemente forte para exercer um efetivo controle sobre os atos do futuro governo.

Entre os relatórios do SNI, há uma avaliação prévia das perspectivas das eleições de 1974 que atesta as vantagens da fusão, já que o domínio da Arena no estado do Rio poderia neutralizar a forte presença do MDB na Guanabara, comandado por Chagas Freitas. No entanto, no mesmo relatório, o SNI alerta para o equívoco desse diagnóstico:

Chagas Freitas, procurando manter o domínio que tem no MDB-GB, passou a manobrar visando conquistar idêntica posição no diretório regional do MDB do futuro estado. Emissários seus foram ao estado do Rio e convidaram integrantes do MDB-RJ a comparecerem a uma reunião com Chagas Freitas que já se realizou [...]. A integração do MDB dos dois estados, com o objetivo de vencer as eleições de 1974, ficará como um marco histórico na política nacional.¹³

O relatório, concluindo, declarava que a Assembleia Legislativa que resultaria da fusão entre Guanabara e estado do Rio dificilmente daria maioria aos arenistas.

Com a mesma orientação de alertar o governo para os problemas que a fusão acarretaria para as eleições de 1974, outros relatórios informavam as

¹³ Apud Ferreira (2002b:163-164).

reações dos políticos e do governador do estado do Rio, Raimundo Padilha, ao projeto de lei complementar, particularmente ao §5º do art. 3º, que vedava ao governo fluminense (assim como ao carioca, aliás) a possibilidade de admitir pessoal a partir da data do encaminhamento da mensagem ao Congresso. Nesses relatórios apontavam-se as dificuldades que a medida trazia para a Arena do estado do Rio, que julgava indispensável a oferta de novos empregos para a vitória do partido nas próximas eleições. Outro documento, um despacho do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel, também revela a preocupação do governador Raimundo Padilha com a candidatura arenista de Paulo Torres, que iria disputar uma vaga no Senado com o emedebista Saturnino Braga. As dificuldades de Paulo Torres, percebidas pela Arena do estado do Rio, seriam aliás confirmadas no momento da realização do pleito, de que Saturnino saiu vitorioso, com 853.772 votos contra 482.976 dados a seu adversário.¹⁴ Os problemas acarretados pela fusão para os governos carioca e fluminense, em decorrência da proibição da contratação de funcionários já concursados, foram objeto de outros despachos do ministro da Justiça com o presidente, ficando sempre clara a aceitação, por parte de Chagas Freitas, das solicitações do governo federal. Mais de uma vez ficou evidenciado que o governador carioca se mostrava muito mais cordato que o arenista Raimundo Padilha.

O que é importante destacar é que tanto os relatórios do SNI quanto os despachos do ministro Armando Falcão mostram que o governo tinha clareza dos problemas que a fusão traria para as eleições de 1974. Contrariamente ao que se costuma afirmar, ou seja, que a fusão foi feita para derrotar o MDB, a fusão acabou por derrotar a Arena e fortalecer o MDB, que a partir de então passaria a controlar não só a cidade do Rio, mas também o novo estado do Rio de Janeiro.

Uma vez concretizada a fusão, com a posse do governador Faria Lima, um documento do Arquivo Ernesto Geisel parece ratificar a tese de que a fusão não teve como objetivo principal diluir a força do MDB carioca. A Apreciação Sumária do SNI datada de 17 de junho de 1975, e intitulada “O desmantelamento das forças arenistas no estado do Rio de Janeiro”, chama a atenção para o comportamento de Faria Lima, “que não propiciava qualquer alento às hostes arenistas oriundas dos dois estados, Guanabara e Rio de Janeiro, isoladas e sem

¹⁴ Ver *DHBB* (2001:768).

rumo”. Nas páginas seguintes são relatadas manifestações de desapontamento de diversas lideranças arenistas. A segunda parte do relatório do SNI focaliza a ação do MDB, demonstrando que os “embates entre chaguistas e amaralistas, antes de enfraquecer o MDB-RJ, parecem lhe dar maior vigor”. Para finalizar, o relatório apresenta ainda um prognóstico para o futuro: “desgastado, sem motivação e sem comando, o partido [a Arena] arrasta-se em direção às eleições de 1976”.¹⁵ Ainda que se possa relativizar o valor dos relatórios de avaliação política do SNI, é inegável que Faria Lima não deu maior atenção aos aliados do governo. Percebe-se também que as indicações do SNI não foram tomadas em consideração, nem antes nem depois da fusão.

Finalmente, não custa lembrar a declaração do próprio Geisel em seu depoimento, ao ser perguntado se a intenção da fusão foi neutralizar a força do MDB na cidade do Rio de Janeiro: “não é verdade, tanto assim que, quando Faria Lima deixou o governo, o MDB ganhou de novo a eleição com Chagas Freitas”.¹⁶

Avaliando a visão técnica

Se as teses que interpretam a fusão como decorrente de interesses eleitorais e partidários — isto é, do desejo de domesticar o MDB no Rio de Janeiro — não têm sustentação, como explicar o projeto da fusão? Qual a sua origem e qual o seu significado no contexto do governo Geisel?

Como já foi dito, a idéia de unir a cidade e o estado do Rio de Janeiro não era nova. Associada à da transferência da capital federal, e contraposta à da transformação da cidade em estado, povoava havia muito os debates políticos no país. No final da década de 1950, quando a transferência da capital federal se tornou iminente, a proposta de incorporação ganhou novo fôlego.¹⁷ Embora a Constituição de 1946, então em vigor, previsse a transformação do até então Distrito Federal em estado, lideranças cariocas, temerosas de que a nova unidade a ser criada fosse mantida sob a tutela do governo federal — frustrando assim um antigo anseio de autonomia, que parecia prestes a ser realizado gra-

¹⁵ Apud Ferreira (2002b:166).

¹⁶ Apud D’Araujo e Castro (1997:384).

¹⁷ Sobre o histórico desse debate e seu desenvolvimento no final da década de 1950, além de Ferreira e Grzynspan (2000), ver Motta (1997 e 2001a).

ças à aprovação em 1956 da Emenda Constitucional nº 2, que conferiu à cidade do Rio de Janeiro o direito de eleger seu prefeito em 1960 —, relançaram a idéia de incorporar a cidade ao estado do Rio. Se sua motivação era política, sua argumentação era de outra ordem: baseava-se na exigüidade do espaço físico do Distrito Federal, na existência de ligações profundas entre a cidade e o estado do Rio, e no desejo de, com a incorporação, criar um estado econômica e politicamente poderoso.

O debate sobre o destino da cidade do Rio de Janeiro, que então se iniciou na imprensa e se prolongou no Congresso, dividiu representantes cariocas e fluminenses de diferentes partidos, de tal forma que não se pode falar em coesão regional ou partidária daqueles que eram favoráveis ou contrários à fusão, tampouco em inflexibilidade de posições. Em depoimento publicado em 1979, Célio Borja, autor do projeto da fusão no governo Geisel, afirmava, por exemplo, que foi a perspectiva de eleger Menezes Cortes ou Carlos Lacerda para o governo do estado da Guanabara que levou o grupo partidário da fusão dentro da União Democrática Nacional (UDN) a mudar de idéia e apoiar a transformação do Distrito Federal em estado.¹⁸ O mesmo depoente, em entrevista publicada em 1999, declarava contudo que, antes que isso acontecesse, “chegou-se a discutir muito, com os próceres udenistas fluminenses, a possibilidade de Lacerda concorrer ao governo do estado do Rio e promover, como governador, a fusão”.¹⁹ Acima da fusão, portanto, o que estava em jogo eram a autonomia do antigo Distrito Federal em relação ao governo federal e o consequente controle do poder local. Como se sabe, a autonomia foi obtida via criação do estado da Guanabara. Após um curto governo provisório, a partir de outubro de 1960 o novo estado pôde eleger seus próprios governantes, começando por Carlos Lacerda.

Quando a idéia da fusão foi retomada no governo Geisel, 14 anos depois, as lideranças locais que a defenderam mantiveram algumas das justificativas básicas invocadas nos anos 1950, sublinhando o caráter eminentemente técnico da medida, que iria favorecer o desenvolvimento da região. A diferença é que aqueles que então defenderam a fusão não foram seus proponentes. A proposta partiu do Poder Executivo, chefiado por um presidente militar que certa-

¹⁸ Ver Brasileiro (1979:50).

¹⁹ Apud Motta (1999:221).

mente não recusou apoios, mas não se preocupou em ouvir outras opiniões. Como o próprio Geisel declara, ao lhe ser perguntado quem foi o mentor da fusão:

Isso já estava nas minhas cogitações antes de assumir a presidência da República. Já era um assunto que se analisava e desde então foi acertado. (...) Estudou-se como se tinha de fazer e preparou-se a legislação. Reclamam de eu não ter feito um plebiscito. Ia ser dispendioso e eu não pretendia mudar minha opinião.²⁰

Autor do projeto da fusão, Célio Borja assim descreve seu envolvimento com o assunto: “eu tinha uma reflexão própria. Não era ordenada, sistemática, não tinha valor científico ou valor objetivo, mas era algo consolidado (...). Sempre me chamou atenção o fato de que o Rio de Janeiro não tem área para a expansão industrial”. Por seu interesse manifesto pela questão, foi chamado a conversar com Geisel ainda antes da posse e, iniciado o governo, foi incumbido de preparar um anteprojeto:

No fim de semana, fui para a biblioteca da Câmara e redigi o anteprojeto. Na segunda ou na terça-feira entreguei-o ao presidente, que, logo a seguir, convocou uma reunião noturna no Palácio da Alvorada. (...) Discutiu-se artigo por artigo e, terminada a reunião, o anteprojeto converteu-se no projeto de lei, logo remetido ao Congresso.²¹

Por que a fusão estaria nas cogitações do general Geisel? É ele quem responde:

Procuramos atuar no sentido de melhorar a divisão administrativa do país. (...) No caso do Rio de Janeiro, quando a capital foi transferida para Brasília, ficamos com a aberração da Guanabara, que passou a ter o mesmo *status*, a mesma posição política que os outros estados e, no fundo, era apenas uma grande cidade. Do ponto de vista histórico, a Guanabara era parte do estado do Rio de Janeiro. (...) Achávamos que a

²⁰ Apud D'Araujo e Castro (1997:385).

²¹ Apud Motta (1999:223-227).

solução lógica era incorporar a Guanabara ao Rio de Janeiro, e foi o que se fez.²²

Se a fusão atendia aos anseios locais de desenvolvimento, o que se pode perceber é que, na versão oficial do governo, a medida foi justificada com argumentos geoeconômicos, como meio de criar um estado forte, tanto do ponto de vista político quanto econômico, para dar maior equilíbrio à Federação. A própria exposição de motivos da lei complementar dizia que a “fusão traria progresso e bem-estar não apenas para as populações dos dois estados, mas também em nível nacional, através da criação de um novo pólo dinâmico de desenvolvimento”.²³ Segundo parecer do relator do projeto da fusão, deputado Djalma Marinho, a criação do “novo” estado do Rio de Janeiro seria parte de uma reestruturação federativa capaz de garantir o desenvolvimento harmonioso dos estados, a segurança interna e externa e, fundamentalmente, a integração nacional.

O desejo de redesenhar a Federação estava claramente conectado a um projeto maior, de construção de um “Brasil Grande”, traduzido no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).²⁴ Para que esse plano tivesse êxito, o governo dispunha-se a investir pesadamente no novo estado, mantendo, contudo, estrito controle sobre sua fase de implantação, através da nomeação do primeiro governador. O escolhido foi o almirante Faria Lima, um estranho à política local, que, segundo seu próprio relato, precisou ser convencido por Geisel a aceitar o cargo: “disse-me ele: ‘eu tinha vários candidatos, mas não tem jeito, vai ser você’. (...) Ele disse que precisava de uma pessoa de prestígio que cumprisse a legislação. Segundo, precisava de um governador que não fosse político”.²⁵ Ficava assim reforçada a tese do governo, de que a fusão era uma medida de caráter eminentemente técnico, inscrita em um plano estratégico de desenvolvimento nacional.

Da geopolítica à construção de uma nova identidade

Se, para o governo Geisel, a fusão não tinha qualquer ligação com a política partidária, e a reconstituição da antiga província fluminense transcendia os

²² Apud D’Araujo e Castro (1997:384).

²³ Apud Ferreira (2002b:160).

²⁴ Ver Motta (2001b:26).

²⁵ Apud Motta e Sarmento (2001:29-30).

interesses das populações locais para atender aos interesses nacionais de desenvolvimento e equilíbrio federativo, não se pode dizer que não tenha havido uma dimensão política em tal projeto. Essa dimensão se torna clara quando se atenta para as preocupações das lideranças militares com a construção de uma nova identidade política para o novo estado do Rio de Janeiro, o que envolveu vários aspectos de ordem simbólica.

Nas preocupações do governo militar e, especialmente, nos rascunhos de preparação da lei da fusão guardados no Arquivo Geisel, podem-se detectar os investimentos políticos que foram feitos para reconstruir a genealogia da cidade e do estado do Rio de maneira a forjar uma nova identidade para o estado que resultaria da fusão. Em documento de quatro páginas não assinado, datado de 9 de maio de 1974, onde são enunciadas as razões da fusão, pode-se ler:

Em uma época conturbada, em que antagonismos internos e externos devem ser superados, no caminho da afirmação brasileira como nação significativa na ordem mundial, não será demais procurar uma situação de equilíbrio federativo e de melhor estruturação territorial. (...) Deve reconhecer-se, entretanto, que uma coletividade — nacional ou regional, estadual ou simplesmente local — é dotada de memória e de valores históricos, que precisam ser cultivados, numa fase de transição de civilização, ativamente preservados com carinho. As tradições fluminenses, de que a cidade do Rio de Janeiro sempre foi parte e parcela, são componentes necessárias dessa personalidade. Preservá-las é, para as atuais gerações, dever tão grande quanto o de manter a integridade territorial da nação. A reunião dos dois estados — o que não passa de uma recomposição longamente devida — será, até e sobretudo, pelo potencial de transformação e de progresso que gera, mais um fator para que o intenso processo de mudança e modernização de nosso país se faça sem atingir as suas características básicas e a sua inconfundível fisionomia nacional.²⁶

Esse rascunho serviu de base para a elaboração da justificativa da Lei Complementar nº 20, e nele pode ser destacada a intenção de diluir a identidade carioca em favor da recuperação de uma outra memória, a das tradições

²⁶ Apud Ferreira (2002b:167).

fluminenses, de que a cidade do Rio sempre fora “parte e parcela”. A história colonial da capitania do Rio de Janeiro e, em seguida, a história da velha província fluminense deveriam ser os elementos históricos legitimadores do ato da fusão. A cidade do Rio de Janeiro deveria esquecer seu passado de capital do país para retomar uma identidade, relacionada a uma herança colonial, de motor de ocupação e desenvolvimento de toda a área adjacente.²⁷

Setores empresariais cariocas também se engajaram nesse projeto de reelaboração da identidade regional. No dia 15 de março de 1975, o jornal *O Dia* publicava propaganda de inúmeras empresas destacando os pontos comuns entre os dois estados que se fundiam. Uma delas merece ser citada:

Hoje a sesmaria do outro lado da baía, e a cidade edificada entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão passam a ser de direito o que sempre foram de fato... E nessa história de fusão, o maior beneficiário não é nenhuma das duas, mas sim o Brasil. Carioca ou fluminense? Fluminense ou carioca? Não importa. O que vale é o espírito comum a essa gente tão simpática. Gente que sempre foi uma só, com os mesmos anseios, a mesma cultura, o mesmo ímpeto progressista. Parabéns Flucarioca! Parabéns carionense!²⁸

As idéias básicas desse texto são duas: uma origem e um passado longínquo comuns seriam capazes de diluir diferenças e soldar afinidades, e as qualidades e a grandeza do povo carioca e fluminense estariam comprometidas com a nação, acima dos interesses regionais.

Apesar desses esforços para recriar uma nova identidade para o Rio, essa não era uma tarefa simples. Uma das maiores dificuldades para o sucesso da fusão seriam as diferenças entre a cultura política do município do Rio de Janeiro e a do resto do estado. Capital do Império e da República, o Rio de Janeiro tinha construído sua identidade como espaço-síntese da nação e da nacionalidade. Mesmo com a transferência da capital federal, a Guanabara preservava a maior parte das funções de principal centro político do país. A perda desses atributos só iria ocorrer no início da década de 1970, acompanhada, como não

²⁷ Ver Ferreira (1994).

²⁸ *O Dia*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1975.

podia deixar de ser, de um efetivo investimento em dotar Brasília, capital de direito, das atribuições de uma capital de fato.²⁹

A fusão e o desejo de transformar o Rio em “um município como outro qualquer” aprofundavam a política de esvaziamento da cidade como tradicional vitrina do país. O processo de municipalização, que implicou a subordinação do poder local ao governo do estado e a irracional redistribuição dos bens e serviços da ex-Guanabara (o estádio do Maracanã e o Teatro Municipal ficaram, por exemplo, sob a responsabilidade da administração estadual), expressa as contradições do projeto da fusão, ao querer retirar da antiga capital a simbologia de cartão postal do país, mas ao mesmo tempo concebê-la como um dínamo incumbido de levar energia para o novo estado.³⁰

A identidade política carioca seria um fator de resistência ao projeto político do governo federal, pois a perda da condição de cidade-estado foi sentida por boa parte da população como um “esvaziamento” da densidade política da cidade.³¹

Outro documento do Arquivo Geisel reforça a idéia de que a construção de uma nova identidade regional estava na ordem do dia das preocupações do governo e envolvia a dissolução de traços do passado e das antigas funções da cidade do Rio. Em um despacho do ministro Armando Falcão com o presidente Geisel, datado de 12 de junho de 1974, foi colocada em pauta uma solicitação do senador arenista Paulo Torres no sentido da preservação do Palácio Monroe, antiga sede do Senado no Rio. O ponto de vista do governo federal, expresso através dos argumentos de Armando Falcão, era que seria do agrado oficial “a transferência para Brasília do núcleo daquela casa do parlamento que ainda funciona no antigo Palácio Monroe, no Rio, que está mal conservado internamente e dilacerado pelas obras do metrô”. O argumento de Paulo Torres era que “o núcleo do Senado do Monroe é ponto de encontro dos senadores, quando se deslocam para a Guanabara, e que ficariam tristes se o prédio desaparecesse”.³²

O desfecho dessa história, como todos sabem, foi a demolição do Monroe ainda durante o governo Geisel, sob a justificativa de que facilitaria a constru-

²⁹ Ver Motta (2001b:40).

³⁰ Ver Moreira (2002).

³¹ Ver Motta (2001a).

³² Apud Ferreira (2002:168).

ção do metrô. No entanto, percebe-se aqui que o que estava em jogo era outra coisa. O Monroe foi construído em 1906 para acolher a III Conferência Pan-Americana, abrigou a Câmara dos Deputados de 1914 até 1925, e de então até a transferência da capital para Brasília, em 1960, foi a sede do Senado Federal. Palco de instituições e eventos relevantes, era um símbolo dos mais importantes da memória do Rio-capital. Sua destruição enquadrava-se no esforço de apagar as marcas de uma representação do Rio como centro da nacionalidade.

Uma nova faceta da fusão emerge da documentação do Arquivo Geisel. Mais do que controlar as eleições de 1974 e domesticar a oposição emedebista, o que estava em pauta era criar um novo pólo de desenvolvimento. Mas isso significou também mudar o papel simbólico do Rio de Janeiro. A fusão, em nome de um projeto de desenvolvimento nacional, implementou estratégias políticas de disciplinarização da cidade do Rio e de diluição de uma identidade ancorada num passado de capital do país. A partir do governo Geisel, a transferência da capital para Brasília estava definitivamente consumada.

A implantação da fusão

Além das dificuldades inerentes à construção de uma nova identidade regional, materializadas nas resistências à integração das populações carioca e fluminense, que não se sentiam portadoras de elementos identitários comuns, a implantação da fusão teve de enfrentar um importante problema: a reorganização político-partidária do novo estado, que trouxe efeitos danosos tanto para a Arena quanto para o MDB.

Chaguismo x amaralismo

No MDB, a liderança exercida por Chagas Freitas e Amaral Peixoto, respectivamente na cidade e no estado do Rio, tornava difícil a unificação dos dois diretórios. Tratava-se de conciliar duas correntes políticas, a dos chaguistas e a dos amaralistas, ou, caso isso fosse impossível, de decidir quem ganharia a partida. Em um primeiro momento, chaguistas e amaralistas procuraram encontrar pontos de entendimento de modo a evitar cisões. Esse espírito pode ser detectado nas eleições de outubro de 1974, quando os diretórios carioca e fluminense do MDB atuaram de forma cooperativa. A colaboração se refletia

tanto nas palavras dos diferentes políticos quanto no espaço que muitos amaralistas encontraram nos jornais comandados por Chagas Freitas.

Essa tentativa de conciliação teria, contudo, vida curta. Ainda em dezembro de 1974, o MDB carioca, sob a liderança de Chagas Freitas, instituiu uma subcomissão encarregada de formar o diretório único do partido no novo estado. Esse procedimento provocou o protesto de Amaral Peixoto, que denunciou ao diretório nacional a tentativa de Chagas de marginalizá-lo no processo de fusão dos diretórios estaduais. O conflito entre os dois tornou-se aberto quando, sob o patrocínio do diretório nacional, se formou a comissão executiva provisória do partido, para cuja presidência foi indicado Amaral Peixoto. A comissão executiva provisória teria a função de orientar os trabalhos de unificação até a eleição do novo diretório estadual, prevista para agosto de 1975. Ainda que o diretório nacional do MDB pretendesse agradar às duas correntes, era evidente a predominância do grupo amaralista no controle das principais tarefas a serem executadas pela comissão executiva provisória. Esse fato provocaria atritos que levariam à inviabilidade da tarefa e ao desligamento oficial de Chagas Freitas do partido.

Uma conseqüência do desligamento de Chagas foi a obtenção do controle formal do partido no novo estado do Rio de Janeiro por Amaral Peixoto. No entanto, o afastamento não significou na prática a renúncia de Chagas à sua liderança no MDB. Como afirma Paulo Duque, “Chagas nunca esteve fora do partido. Ele apenas se desligou, mas continuava comandando, lá do jornal *O Dia*. Disso não há qualquer dúvida: o comando do partido era no jornal, nós quase não íamos ao partido”.³³ Por esse depoimento percebe-se que, embora tivesse conquistado a chefia formal do MDB no novo estado, Amaral estava longe de deter seu controle efetivo naquele momento. Seu propósito era criar todos os empecilhos para a consolidação da liderança de Chagas, mas as condições não o favoreciam inteiramente, tanto em uma esfera mais ampla, ligada à sua inserção no regime militar, quanto do ponto de vista dos recursos políticos de que dispunha para garantir suas bases.

O próprio Amaral Peixoto reconhecia que Chagas tinha maiores ligações com o governo federal, enquanto ele, embora fosse tratado com consideração, tinha relações limitadas com os presidentes militares. Por aí pode-se perceber o

³³ Apud Sarmiento (1998).

quão difícil era para Amaral enfrentar a concorrência chaguista. Já mesmo antes da fusão, Chagas tinha começado a penetrar no interior fluminense com o objetivo de minar as relações de Amaral.

Os recursos políticos de Chagas Freitas e sua distribuição entre os integrantes de seu grupo também são apresentados como fatores fundamentais para a atração de novos correligionários. Segundo Paulo Duque, “Chagas tinha um poder imenso em relação aos seus correligionários, porque ele efetivamente nos dava cobertura. Por exemplo: pesquisa é uma coisa que tem muita influência numa eleição; ele fazia pesquisa no jornal *O Dia*, colocava nos primeiros lugares quem ele queria, e pronto! Era um craque”.³⁴

Parece claro, portanto, que naquela conjuntura os recursos políticos de Amaral eram muito limitados, uma vez que ele não tinha moeda de troca para garantir a fidelidade de seus aliados no interior fluminense. Amaral contava fundamentalmente com seu carisma, além da rede de relações pessoais construída ao longo de sua carreira. Mas, ao que tudo indica, seu estilo político mostrava-se de pouca eficácia diante dos mecanismos de que Chagas dispunha — a imprensa e uma boa relação com o regime militar.

Se no território onde tinha suas raízes políticas Amaral enfrentava tantas dificuldades, na antiga Guanabara a situação não era melhor. Chagas havia montado aí uma eficiente máquina política durante seu governo, no início dos anos 1970. A perda do controle da máquina do estado com a nomeação de Faria Lima para governador não chegou a abalar de forma substantiva seu domínio.

A despeito dessas desvantagens, Amaral Peixoto não recuou. Ao contrário, partiu para a ofensiva, tentando conquistar o apoio dos segmentos de esquerda do MDB carioca. Os parlamentares “autênticos” do Rio de Janeiro, que não dispunham de espaço no esquema político chaguista, viam o líder fluminense como uma alternativa para ampliar sua área de ação. A partir das eleições de 1974, quando um maior número de “autênticos” foi eleito, criaram-se maiores possibilidades de articulação política para esse grupo, e o bom entendimento com Amaral tornou-se interessante para ambas as partes.

Nesse quadro, pode-se logo perceber que um campo de disputa entre chaguistas e amaralistas especialmente sensível seria a Assembléia Constituinte

³⁴ Sarmiento (1998:127).

do novo estado, instalada em março de 1975. Dos 94 deputados que a compunham, o MDB tinha elegido 63, sendo 38 na então Guanabara e 25 no antigo estado do Rio. Dos 31 eleitos pela Arena, 19 eram do antigo estado do Rio e 12 da Guanabara. A superioridade, na composição da Assembléia, do MDB sobre a Arena, da Guanabara sobre o antigo estado do Rio, e sobretudo de chaguistas sobre amaralistas fica bastante clara quando se analisa a composição da mesa diretora. Foram escolhidos 12 deputados pelo critério de proporcionalidade, o que significou oito membros do MDB e quatro da Arena. Dos oito emedebistas, metade era composta por deputados da Guanabara, todos chaguistas, e a outra metade por deputados do estado do Rio, mas apenas três eram amaralistas. Na definição dos cargos de direção, a possibilidade de influência da Arena, como partido minoritário, ficou muito reduzida.

A elaboração de uma Constituição para o novo estado do Rio de Janeiro constituía, sem dúvida, um fato novo no cenário político da época, marcado pelas limitações impostas ao Poder Legislativo pelos atos institucionais do regime militar. Os representantes da Arena procuraram enfatizar a distensão política então em curso, apontando a Constituinte como uma prova da face democrática do governo, sobretudo por ser o MDB o partido majoritário.

Uma avaliação da atuação das forças chaguistas no processo de eleição dos constituintes e na própria elaboração da Constituição do novo estado permite perceber os limites da ação de Amaral Peixoto. Embora o líder fluminense tivesse o apoio da direção nacional do MDB, muito mais do que Chagas, era evidente que sua ofensiva não tinha sólidas bases de sustentação. Também diante da Justiça Eleitoral a posição de Amaral Peixoto era pouco confortável: assim, em junho de 1975, o TSE confirmou a decisão do TRE do Rio de Janeiro, datada de maio, declarando nulos os atos da comissão executiva provisória, ou seja, dando a vitória, nessa primeira batalha judicial, ao grupo chaguista.³⁵

Inúmeros foram os conflitos, partidários e judiciais, que ao final, como já se esperava, levaram o grupo de Amaral Peixoto à derrota. Uma avaliação das diferentes etapas desse conflito mostra que Amaral, além de procurar garantir suas tradicionais bases fluminenses e acolher novos aliados do grupo dos “autênticos” cariocas, sempre usou, como principal recurso político, seu prestígio no MDB nacional para garantir o controle sobre a comissão executiva provisó-

³⁵ Também uma oposição dividida; ver *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jul. 1975.

ria e até mesmo para questionar a permanência dos chaguistas no MDB, tendo em vista sua atuação favorável ao regime militar, contrária, portanto, ao programa oposicionista.

Do outro lado, os chaguistas contavam com uma máquina política ainda bem azeitada, uma vez que o governo de Faria Lima não desestruturara os esquemas clientelísticos montados na administração estadual antes da fusão. Dispunham ainda de um importante instrumento, que eram os jornais *O Dia* e *A Notícia*, e contavam com uma grande simpatia do Poder Judiciário estadual, o que garantiu sua vitória em todos os processos judiciais para controlar o MDB. Na esfera da política nacional, buscavam neutralizar a ação de Amaral Peixoto através de uma aproximação com Tancredo Neves, vice-presidente do partido, que tinha uma postura mais conciliatória diante do regime militar e conseqüentemente encarava de forma mais complacente as atitudes chaguistas, consideradas desviantes pelo presidente Ulisses Guimarães. Além disso, procuravam neutralizar os amaralistas denunciando o envolvimento do proscrito PCB com parlamentares do grupo “autêntico” do MDB carioca, sob o patrocínio do próprio Amaral Peixoto.³⁶

Apesar dessa derrota do grupo amaralista na escolha da comissão executiva, Chagas Freitas não podia eliminar a participação de Amaral Peixoto e seus aliados no MDB. O líder fluminense tinha uma longa tradição política no estado e contava com fortes aliados na direção nacional do partido. É nesse contexto que se pode perceber a abertura de alguns canais de diálogo entre os dois grupos, com vistas à realização das eleições municipais de 1976.

As duas correntes se aproximaram e estabeleceram acordos formais, que, no entanto, não evitaram um conflito permanente, como se viu no caso de Niterói, onde, segundo a imprensa, a grande disputa não seria entre o MDB e a Arena, e sim entre os dois mais fortes candidatos da oposição.

Na reta final da campanha eleitoral, no mês de novembro, o jornal *O Dia* divulgava suas “prévia eleitoral”, que favoreciam os candidatos chaguistas, constituindo-se em importante instrumento de campanha. No início de novembro, o jornal fazia prognósticos otimistas. O MDB tinha então plena confiança em uma vitória estrondosa, que lhe permitiria eleger a maioria dos prefeitos e vereadores.

³⁶ “Bloco Amaral-Lisãneas em desespero com a derrota certa na Convenção do dia 18” (*O Dia*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1976).

O resultado das eleições municipais de 1976 deu de fato uma vitória expressiva ao MDB. Na cidade do Rio de Janeiro, o partido opositor obteve 102 mil votos a mais que em 1974 e conquistou 2/3 da Câmara Municipal, com 15 vereadores contra seis eleitos pela Arena. No que diz respeito à disputa Chagas-Amaral, a vitória chaguista foi estrondosa, já que, dos 15 vereadores do partido, 11 pertenciam a essa corrente. Esses resultados mostravam com clareza que a política carioca estava sob o controle chaguista e que as investidas amaralistas para ampliar suas bases na antiga Guanabara tinham sido infrutíferas. Já no interior fluminense, a dinâmica eleitoral mostrou maior complexidade, pois mesmo com o crescimento do MDB, que dobrou o número de prefeituras conquistadas, a Arena permaneceu com a maioria delas.

Mesmo não se dispondo de dados precisos sobre as conquistas chaguistas nos municípios fluminenses, fica bastante evidente que Amaral Peixoto não conseguiu neutralizar as investidas do líder carioca, que com rapidez, e graças ao apoio de seus jornais, obtinha adeptos nos municípios do interior.³⁷ Amaral Peixoto ainda manteve posições importantes, como a prefeitura de Niterói, conquistada por seu genro Moreira Franco, mas é inegável que estava sendo bastante pressionado.

Quando, em 1^o de abril de 1977, o presidente Geisel pôs o Congresso em recesso e decretou um conjunto de medidas — o “pacote de abril” — visando a preservar a maioria governista no Legislativo e o controle do governo sobre os cargos executivos em todos os níveis, novos objetivos se colocaram para a oposição: era preciso unir forças para sobreviver e evitar novos recuos no processo de abertura política.

A consolidação do chaguismo como força hegemônica no MDB do novo estado do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 1976 sem dúvida abriu caminho para a volta de Chagas Freitas ao partido. Seu afastamento fora apenas formal, mas era preciso uma volta também formal para que sua carreira política pessoal pudesse prosseguir. Em 7 de julho de 1977, Chagas Freitas reintegrou-se afinal ao MDB, e Tancredo Neves mais uma vez atuou tentando aproximar os dois líderes, articulando o que se chamou de “a pacificação do MDB”. O objeti-

³⁷ De acordo com Eli Diniz (1982:71), a penetração chaguista no interior fluminense se deu graças às táticas utilizadas, de alianças e composições eleitorais nos municípios, viabilizadas sobretudo pela existência de uma população sensível à imprensa chaguista, de perfil semelhante ao da população dos subúrbios cariocas.

vo do acordo entre as correntes rivais era o fortalecimento do partido nas eleições indiretas para o governo do estado e para uma vaga no Senado, e diretas para os legislativos federal e estadual, previstas para 1978.

As análises e interpretações sobre o acordo Chagas-Amaral, cujas negociações se iniciaram em julho de 1977, são muitas vezes discordantes, especialmente diante da falência das negociações após as eleições para o governo do estado, em setembro de 1978. Conforme os termos do acordo, em 2 de junho de 1978 Chagas Freitas teve seu nome aprovado como candidato a governador, enquanto Amaral Peixoto foi confirmado como candidato indireto ao Senado. Porém, em agosto seguinte, quando a convenção nacional do MDB se reuniu, foi aprovada uma tomada de posição contrária à eleição indireta para o Senado. Agora, o conflito que se anunciava não seria mais entre chaguistas e amaralistas, e sim interno ao próprio grupo adepto, ou pelo menos simpatizante, de Amaral Peixoto, formado pelos “autênticos” e os “independentes”.

As longas conversações para a viabilização do acordo, bem como a não divulgação exata de seus termos, já indicavam os problemas e limites de sua concretização. Ainda assim, a partir do segundo semestre de 1977, pôde-se perceber que o processo de apaziguamento das duas correntes do MDB do estado do Rio de Janeiro caminhava. Entretanto, o avanço das negociações envolvendo pessoalmente Chagas e Amaral encontrava resistências dentro das próprias correntes chaguista e amaralista, o que por si só indicava os limites da trégua.

Enfraquecimento da Arena e vitória do chaguismo

A Arena, por seu lado, enfrentava uma situação ainda mais complicada para concorrer às eleições de 1978. A indicação de Faria Lima para governador da fusão e a montagem e funcionamento de seu governo não atenderam às expectativas dos arenistas, que acreditavam que a criação do novo estado seria um trunfo fundamental para virar o jogo político e neutralizar a força do MDB. A própria nomeação de Faria Lima frustrou os arenistas, que acreditavam ser Célio Borja o nome ideal para chefiar o estado. A maneira de Faria Lima conduzir a administração e a política estaduais, sem abrir espaço para que os arenistas usufríssem das vantagens de pertencer à situação, só aumentou a frustração.

Célio Borja, o autor do projeto da fusão, relata que jamais foi consultado por Faria Lima sobre qualquer assunto referente à vida do estado.³⁸ Essa postura de Faria Lima não só deixou o partido do governo enfraquecido, como permitiu que o MDB de Chagas Freitas ampliasse seu poder de ação. É verdade que, depois da fusão, Chagas perdeu o controle direto da máquina administrativa do estado e não teve acesso à nova estrutura do município do Rio de Janeiro, fontes fundamentais para a realização de barganhas clientelísticas. Mas, como já se viu, o jornal *O Dia* continuava desempenhando papel fundamental para a manutenção de seu poder político.

É esse quadro complicado da Arena e de suas relações com o governo do estado que talvez explique as tentativas de aproximação de Faria Lima, já no final de seu governo, com Amaral Peixoto, com vistas a promover uma cisão definitiva no MDB e garantir o apoio do líder fluminense a um candidato arenista patrocinado pelo governo.³⁹ Contudo, dimensionando o desgaste que sofreria com uma aliança com a Arena, Amaral rejeitou essa alternativa, mantendo-se fiel aos compromissos assumidos com Chagas. São essas dificuldades da Arena que explicam o lançamento e a falência de uma candidatura própria ao governo do estado, a de Sizen Sarmento, que cumpriria apenas um papel formal.

O ano de 1978 seria fundamental para os rumos do processo de redemocratização não apenas porque se realizariam eleições para os governos estaduais e para os legislativos federal e estaduais, mas também, o que é mais importante, porque se elegeria o novo presidente da República. Já no início do ano formalizou-se a candidatura do general Figueiredo, indicada por Geisel, e em agosto foi aprovada pelo MDB a “anticandidatura” do general Euler Bentes Monteiro. Temas como a anistia, as eleições diretas e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte faziam parte da agenda política da oposição. Chagas Freitas viu-se assim diante de um grande desafio para garantir sua reeleição ao governo do estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que devia atuar em consonância com seu partido na luta pelo restabelecimento da democracia, não queria deixar de agradar às forças responsáveis pelo regime militar.

Ainda que formalmente Chagas tenha afirmado seu compromisso com a chapa do general Euler Bentes, demonstrando fidelidade a seu partido, na prática quem recebeu seu apoio foi o candidato arenista. Durante todo o ano de

³⁸ Ver Motta (1999:241)

³⁹ Ver Ferreira (1999).

1978, *O Dia* acompanhou os passos de Figueiredo, noticiando positivamente cada uma de suas iniciativas. Com essa postura Chagas selava cada vez mais seus compromissos com o regime militar, ampliando suas bases de apoio nessa esfera. Os resultados das eleições de 1978 mostrariam a eficácia de sua estratégia.

Em 1^a de setembro, em todos os estados do Brasil, colégios eleitorais compostos de deputados estaduais e delegados de todas as câmaras municipais elegeram os governadores que exerceriam seus mandatos de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983. Ao mesmo tempo, foram eleitos os vice-governadores e os senadores indiretos. No estado do Rio de Janeiro, o colégio eleitoral possuía 252 membros, sendo 94 deputados e 158 vereadores delegados — 108 representantes da Arena e 144 do MDB. Como era previsto, Chagas Freitas elegeu-se governador, e Amaral, senador. O concorrente de Amaral era Paulo Torres, da Arena, que, no entanto, no dia da votação, renunciou à candidatura. Assim, Amaral Peixoto tornou-se o único emedebista “biônico” no Senado.

Chagas Freitas também foi candidato único ao governo do estado e pôde receber, além dos votos de seu partido, os votos dos arenistas que assim o desejaram, uma vez que a questão não fora fechada na Arena. Chagas Freitas recebeu votos de 225 dos 252 membros do colégio eleitoral, ou seja, 85% dos votos dos delegados da Arena foram depositados em seu nome.⁴⁰

Contudo, antes mesmo das eleições legislativas diretas, marcadas para novembro, uma nova crise se abriu no MDB do estado. O estopim foi a exclusão, da chapa partidária, de 14 candidatos a deputado estadual e federal indicados por Amaral Peixoto.⁴¹ A partir daí começou uma troca de acusações entre amaralistas e chaguistas, em que uns acusavam os outros de terem rompido o acordo e vice-versa.

Outro importante foco de disputa interna foi alimentado pelo problema da eleição direta para o Senado. Apoiada pela ala esquerda do MDB e por Amaral Peixoto, a candidatura de Nelson Carneiro sofreu toda sorte de boicote por parte dos chaguistas, mas acabou vitoriosa. Esses diversos episódios, ocorridos ao longo do ano de 1978, demonstram a consolidação de uma aliança entre Chagas e os setores militares para enfrentar a transição política. O regime mili-

⁴⁰ “Chagas Freitas eleito governador pela quase totalidade do colégio eleitoral” (*O Dia*, Rio de Janeiro, 2 set. 1978).

⁴¹ “Amaral exige que Chagas esclareça suas intenções” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 out. 1978).

tar queria conduzir a abertura, mas de forma “gradual e segura”. Chagas tinha um perfil ideal para atuar nesse processo. Incorporado à legenda oposicionista, mas sem partilhar plenamente de seu programa, proprietário de órgãos da imprensa de grande penetração popular e controlador de grande número de votos, o líder carioca poderia desempenhar papel importante na condução da política do Rio de Janeiro no processo de transição.

No dia 15 de novembro de 1978, realizaram-se as últimas eleições diretas sob a vigência do bipartidarismo. Em todo o país, 47 milhões de eleitores foram às urnas. No estado do Rio de Janeiro, 5,1 milhões de eleitores elegeram um senador direto, 46 deputados federais e 70 deputados estaduais. Os resultados do Senado deram uma vitória estrondosa à Nelson Carneiro, com 2.184.900 votos, representando 62,7% do total.⁴² No dia seguinte ao pleito, antes mesmo de se divulgarem os resultados oficiais, Nelson Carneiro preferiu atribuir sua vitória ao povo, e não ao antichaguismo, mas frisou que só tomaria uma posição em relação a Chagas Freitas depois de consultar Amaral Peixoto. No caminho oposto, na mesma ocasião, Chagas “negou que as divergências existentes no MDB afetaram os resultados da oposição, porque no estado do Rio o MDB é invencível” e obteve “maioria estrondosa”. Na Assembléia Legislativa, o MDB obteve 74,1% dos votos, e na Câmara dos Deputados, 74,6%. O partido oposicionista saiu, como se esperava, vitorioso das eleições.

Os chaguistas elegeram a maioria da bancada para a Assembléia Legislativa. Dos 42 emedebistas eleitos, 32 eram ligados ao grupo liderado por Chagas Freitas, 11 eram amaralistas, cinco eram independentes e quatro eram “autênticos”, de acordo com o *Jornal do Brasil*. Ainda segundo esse jornal, “na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a principal bancada não é o MDB, nem a Arena — é o chaguismo, a maioria absoluta. Em tese, pode reformar a Constituição estadual sem pedir reforços a nenhuma legenda”.⁴³ Entretanto, na Câmara dos Deputados, foram os setores contrários a Chagas que conseguiram eleger a maioria. Dos 35 deputados da bancada fluminense, apenas 11 eram chaguistas, cinco eram amaralistas, oito eram autênticos e 11 eram independentes. Assim, o grupo antichaguista detinha 24 cadeiras, ou seja, aproximadamente 68% do total.

⁴² Sandra Cavalcanti recebeu 1.016.228 votos, e Vasconcelos Torres obteve apenas 280.346.

⁴³ “MDB voltará a falar da expulsão de Chagas” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1978).

Um balanço da atuação de Chagas Freitas no período pós-fusão demonstra que, a despeito das dificuldades e da resistência de Amaral Peixoto à afirmação de sua liderança, o líder carioca conseguiu sair vitorioso do confronto e garantir o controle político do novo estado do Rio de Janeiro. A habilidade de Chagas em permanecer vinculado à legenda oposicionista do MDB e ao mesmo tempo manter relações cooperativas com os militares foi um fator de fundamental importância. Para o regime militar, num momento de transição política em que o processo de abertura sofria avanços e retrocessos, era muito vantajoso poder contar com a ajuda de um político dócil como Chagas, que exercia forte controle sobre o Legislativo estadual e dispunha de um meio de comunicação como o jornal *O Dia*.

A cooperação de Chagas para o processo da fusão, intermediando conflitos gerados pelo funcionalismo público dos dois estados, neutralizando e filtrando reivindicações políticas de suas próprias bases, tornava-o uma relevante linha auxiliar do regime, extremamente útil para evitar desgastes desnecessários que poderiam ser provocados pela decretação de novos atos de força. Desempenhando tal papel, Chagas garantiu para si o espaço político necessário para derrotar de forma clara seu principal adversário, Amaral Peixoto, e iniciar seu segundo governo no estado do Rio de Janeiro, sem precisar contar com a Arena.

As eleições de 1982 e a emergência de Brizola

A unificação das seções carioca e fluminense do MDB e da Arena, conforme foi demonstrado, em vez de criar as bases de estruturação de uma nova elite política capaz de englobar os antigos grupos do estado do Rio e da Guanabara, iniciou um processo de fragmentação, inviabilizando assim a articulação de forças políticas que pudessem dar efetiva sustentação ao projeto da fusão e dessa forma garantir a criação de um novo estado com capacidade para ocupar um espaço de destaque nos quadros do federalismo brasileiro. A fusão, em vez de criar condições para que o novo estado pudesse representar uma consistente força no cenário nacional, na verdade levou à luta política, que inviabilizou a construção de uma nova identidade regional.

A vitória de Chagas Freitas na eleição para governador do Rio de Janeiro e seu bom relacionamento com o regime militar não foram capazes de criar as necessárias bases de sustentação para garantir estabilidade a seu mandato. O

novo governo estadual empossado em março de 1979 iria, assim, enfrentar grandes desafios. O principal deles era penetrar fortemente no interior do estado, de maneira a estimular a fragmentação das forças amaralistas e erodir de forma definitiva as bases de seu principal adversário. Desde o início de seu governo, Chagas preocupou-se em atender as demandas dos municípios fluminenses através da alocação de verbas e recursos públicos para os chefes locais.

Um segundo desafio a ser enfrentado era a obtenção de recursos federais, como forma de atenuar as dificuldades econômicas do novo estado. De fato, a fusão onerou o município do Rio de Janeiro com os novos gastos necessários à instalação dos diversos órgãos de sua prefeitura, cujos orçamentos se mostravam deficitários, ao passo que o governo do novo estado encontrava suas contas comprometidas com obras e com o custeio de sua máquina administrativa.⁴⁴ A alocação de verbas federais no novo estado, no entanto, não seria suficiente para sanar tais dificuldades.

Assim, as situações financeira e econômica não eram boas. A política de contenção financeira implementada pelo governo federal com vistas a combater a inflação trouxera reflexos negativos para a economia estadual, dificultando a continuidade das obras do metrô, uma das principais iniciativas do primeiro governo Chagas Freitas, na antiga Guanabara. Além disso, as contas estaduais apresentavam desequilíbrio, uma vez que a arrecadação de receitas não conseguia cobrir todos os gastos do governo.

Finalmente, havia os problemas decorrentes da dinâmica política da própria cidade do Rio do Janeiro, ligados a crescentes demandas de setores da população carioca por maior participação e cujo melhor exemplo foi o movimento de greve de professores. Todas essas dificuldades exigiam de Chagas novas respostas para garantir o sucesso de seu mandato.

Além das realizações no governo e da maneira como ele se desincumbia dos novos problemas que então se apresentavam, o futuro de Chagas Freitas e de seu grupo político dependia de sua adequação ao novo cenário político-partidário do país. Em 1979, o governo federal deu prosseguimento à “abertura”, levando a efeito um conjunto de medidas que tinha como objetivo liberalizar o regime e ao mesmo tempo criar condições para a vitória do governo nas

⁴⁴ Ver Moreira (2002).

eleições gerais de 1982, em que seriam eleitos novos governadores pelo voto direto, depois de 17 anos, e também os senadores e deputados que, em conjunto com os delegados estaduais, formariam o colégio eleitoral responsável pela futura eleição presidencial.⁴⁵ Duas questões centrais apresentavam-se como desafios para o governo: a anistia política, que permitiu o retorno ao país e à atividade pública de antigas lideranças políticas cassadas e perseguidas pelo regime, as quais passariam a concorrer com a cúpula emedebista pelo controle do campo oposicionista, e a reformulação partidária, que extinguiu o bipartidarismo.⁴⁶

Dessa forma, foram criados o Partido Democrático Social (PDS), governista e herdeiro da Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que abrigou as principais lideranças emedebistas, de linha oposicionista e mais à esquerda no espectro político do que o antigo MDB; o Partido Popular (PP), agremiação centrista surgida em torno da liderança de Tancredo Neves, incluindo tanto os moderados do MDB quanto setores dissidentes governistas, bem como o nome de Chagas Freitas; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado pela ex-deputada federal Ivete Vargas, que disputava com o PDT a herança do trabalhismo; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, que tinha como meta recompor o legado getulista e ao mesmo tempo incorporar novas lideranças de esquerda para constituir uma agremiação com perfil socialista; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, um partido de base operária que congregava setores de esquerda não-comunista e tinha como proposta construir um novo tipo de socialismo.⁴⁷

Nessa nova conjuntura, o chaguismo procurava adequar-se aos novos tempos redefinindo as formas de atuação de suas principais lideranças. A ida de Chagas para o PP permitiu ao seu grupo um maior espaço de atuação na esfera federal. Apresentando como cacife sua poderosa máquina político-eleitoral no Rio de Janeiro, o líder carioca passava a usufruir do direito de articular nomes para ocupar postos-chave na nova estrutura partidária, criando possibilidades de maior participação nos debates de questões políticas nacionais. O grande beneficiário foi o deputado federal e afilhado político de Chagas Miro Teixeira,

⁴⁵ Ver Freire (1999:219).

⁴⁶ Ver *DHBB* (2001:2194-2197).

⁴⁷ Ver Pandolfi (2002:108).

que até então tinha concentrado sua atuação nas questões locais e viu-se, a partir de então, em condições de ampliar o espectro de sua ação ao ocupar novos espaços na agremiação política recém-criada. Enquanto Chagas continuava a atuar na esfera estadual, controlando o funcionamento de sua máquina política, Miro Teixeira voltaria sua atenção mais para a esfera federal, visando garantir espaços para seu grupo nos rumos do debate da política nacional.⁴⁸

A experiência partidária de Chagas e seu grupo no PP, no entanto, teria vida curta. Ao se aproximarem as eleições de 1982, o Executivo federal, preocupado com a incerteza dos resultados eleitorais e com os rumos da abertura política, preparou um novo pacote político eleitoral a ser apreciado pelo Congresso e que acabou aprovado por decurso de prazo.

Por outro lado, a escalada terrorista implementada por grupos de extrema direita — materializada em atentados a bancas de jornal, cartas-bombas e, principalmente, no atentado do Riocentro, ocorrido em 1º de maio de 1981 no Rio de Janeiro, em que se pretendia explodir uma bomba para atingir milhares de participantes de uma festa em homenagem aos trabalhadores — criava um clima de incerteza política sobre os rumos do processo de redemocratização. A não apuração e a não punição desses atos terroristas obrigaram o governo a reformular sua estratégia gradual de abertura política implementada desde o governo Geisel.⁴⁹

Inseguro quanto aos resultados eleitorais do próximo pleito, e temeroso das possíveis conseqüências daí advindas, o regime militar implementou uma nova legislação eleitoral visando garantir ao partido governista a maioria na composição do Congresso que escolheria o sucessor de Figueiredo.⁵⁰ A nova reforma eleitoral, que ficou conhecida como o “pacote de novembro”, proibia as coligações partidárias através da vinculação de votos, obrigando o eleitor a votar em todos os candidatos de um mesmo partido.⁵¹

O resultado imediato da nova legislação foi a inviabilização do Partido Popular, que apresentava uma estrutura organizacional precária na maioria dos estados e contava poder realizar coligações com outras forças políticas. Suas

⁴⁸ Sobre a ascendente trajetória política de Miro Teixeira, ver Marcos de Sá Correia (apud Freire, 1999). Ver também Sarmiento (2002, esp. cap. 6).

⁴⁹ Ver *DHBB* (2001:2196).

⁵⁰ Ver Ferreira e Sarmiento (2002:490).

⁵¹ Ver Fleischer (1988:79); *DHBB* (2001:4342).

principais lideranças, Chagas e Tancredo, logo passaram a tratar da reincorporação de seu partido ao PMDB, dada a impossibilidade de estabelecer alianças partidárias pragmáticas em diferentes estados. Assim, a proibição de coligações partidárias estabelecidas pelo “pacote de novembro” provocou efeitos imediatos no processo eleitoral, estimulando a reaglutinação de setores de oposição em torno do PMDB.

No quadro nacional, a incorporação do PP ao PMDB foi absorvida sem maiores resistências; no estado do Rio de Janeiro, porém, redundou em grandes dificuldades e divergências. No PMDB fluminense, as articulações em torno da candidatura do senador Saturnino Braga para o governo do estado já estavam avançadas, e o retorno ao partido das forças chaguistas significava enfrentar novamente uma convivência com adversários que ao longo dos anos tinha-se mostrado extremamente difícil.⁵²

No trabalho de construção do acordo de incorporação do PP, Miro Teixeira conquistou posição de destaque. Sua estratégia era ocupar uma posição-chave no novo PMDB fluminense e garantir sua indicação como candidato ao governo do estado. No seu entender não bastava fundir as estruturas partidárias, era necessário formular novas estratégias para reunir setores mais à esquerda do PMDB e as bases chaguistas. Miro Teixeira percebia que, a despeito das restrições impostas pelo regime militar, a abertura política estava se aprofundando e de alguma forma seu ritmo escapava ao controle do governo. O sucesso político de sua candidatura estava condicionado a uma aproximação com os setores de esquerda do partido. Nesse contexto, Chagas, então governador do estado, mantinha-se distante das estratégias elaboradas para a campanha eleitoral. Na nova conjuntura política, era menor sua margem de manobra, não só pelo fortalecimento dos antigos setores do PMDB, mas também pelo fortalecimento e independência da liderança de Miro Teixeira.⁵³

O novo cenário aprofundava ainda mais a fragmentação do quadro político. Já em 1980, por ocasião da reformulação partidária, Amaral Peixoto e seu grupo não ingressaram no PMDB e deixaram o partido de oposição para participar da fundação do PDS, a convite do governo federal. Amaral Peixoto e seu genro Moreira Franco, então prefeito de Niterói, depois de enfrentar inúmeras

⁵² Ver a entrevista de Roberto Saturnino Braga concedida ao Programa de História Oral do Cpdoc/FGV, jul. e dez. 1992.

⁵³ Ver Freire (1999:231).

dificuldades impostas pelos chaguistas na disputa pelo controle do MDB, optaram por engajar-se no novo partido do governo, juntando-se aos seus tradicionais adversários, os ex-udenistas. Acreditando que essa nova opção poderia restaurar seu poder político do passado, Amaral fortaleceu a gestão de Moreira Franco em Niterói, angariando expressivos recursos federais para o município. O passo seguinte foi a articulação de Moreira Franco como candidato do PDS ao governo do estado do Rio.

O processo eleitoral de 1982 no Rio de Janeiro foi marcado por enorme volatilidade do eleitorado. Num primeiro momento assistiu-se à ascensão da candidatura de Sandra Cavalcanti, do PTB, seguida pelo nome de Miro Teixeira. A seguir pôde-se verificar uma indecisão eleitoral, quando estavam mais ou menos empatados Miro Teixeira, Moreira Franco e Leonel Brizola, para finalmente ficar evidenciada a ascensão meteórica de Leonel Brizola.⁵⁴

Enquanto os chaguistas perdiam terreno e a candidatura de Miro enfrentava um processo de desgaste, uma nova estrela política despontava na disputa eleitoral: Leonel Brizola, que, recém-chegado do exílio, disputaria as eleições contra lideranças políticas consolidadas e suas respectivas máquinas eleitorais.⁵⁵ Inicialmente tímida, a candidatura de Brizola ganhou corpo a partir dos debates organizados pelas emissoras de rádio e de televisão, que lhe garantiram grande publicidade. Adotando um discurso agressivo, Brizola passou a se identificar como o candidato de oposição, tanto em nível federal quanto estadual, apelando, em linguagem simples e direta, à “consciência do eleitor”.⁵⁶

A partir de setembro, Brizola tornou-se o centro das atenções na disputa eleitoral, à medida que utilizava com bastante competência os espaços de debate eleitoral para promover uma candidatura nitidamente oposicionista, contando inclusive com a adesão de líderes esquerdistas históricos, como Francisco Julião e Luís Carlos Prestes.

Sua campanha contou fundamentalmente com a adesão de eleitores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto o interior permaneceu dividido entre as candidaturas de Moreira e Miro. De outro lado, o caráter oposicionista de sua candidatura, a alusão ao legado varguista e a ênfase em questões de grande apelo para amplos setores da população, como educação e seguran-

⁵⁴ Ver Figueiredo, Lima Jr. e Souza (1985:20).

⁵⁵ Ver Sento-Sé (1999:219).

⁵⁶ *Ibid.* p. 223.

ça, acabaram por atrair uma parcela significativa de eleitores formadores de opinião, naquela altura simpáticos às causas populares defendidas pela candidatura pedetista.

Também pode ser apontado como fator responsável pelo sucesso de Brizola o impacto das candidaturas proporcionais apresentadas por sua legenda, que incluía personalidades que debutavam na política profissional e possuíam grande apelo popular, como o líder indígena Mário Juruna e o cantor Aguinaldo Timóteo. Tal estratégia se mostrou bem-sucedida ao reforçar o caráter oposicionista e independente da candidatura Brizola, sublinhando a identificação do partido com uma visão nova da atividade política, que deveria comportar elementos pouco presentes no jogo político tradicional até então.⁵⁷ Desse modo, a campanha política de 1982 no Rio de Janeiro recuperou uma dimensão festiva, com intensa mobilização dos setores populares, em contraste com o predomínio da frieza na moderna lógica das democracias de massa.⁵⁸

Impondo-se diante das incertezas do processo de abertura política do país, a campanha de Brizola sofria pressões do governo federal, que chegou a se pronunciar a respeito dos riscos que a candidatura pedetista no Rio representava para o processo de abertura,⁵⁹ passando a apoiar fortemente o candidato do PDS, Moreira Franco, que passou a contar com seus recursos. Por sua vez, Chagas Freitas também disponibilizara a máquina estadual à candidatura de Moreira, uma vez que se distanciava do candidato de seu partido, Miro Teixeira.

O resultado final do pleito garantiu a vitória de Brizola. O líder trabalhista não só derrotou seu principal adversário, Moreira Franco, e um esquema de fraude montado para beneficiá-lo através da transformação dos votos de Brizola em brancos e nulos, mas também inaugurou uma nova era na política fluminense. A vinculação de votos permitiu que o PDT, partido que até então não possuía uma base de sustentação mais consistente, elege-se uma expressiva bancada parlamentar, passando a se constituir na principal força política no estado do Rio. O rompimento de Miro Teixeira com Chagas Freitas durante o processo eleitoral e a própria derrota do candidato do PMDB levaram a um esgotamento do poder do grupo chaguista. A esquerda peemedebista foi a grande perdedora

⁵⁷ Sobre o impacto da campanha brizolista junto aos setores populares nas eleições de 1982, ver o depoimento de Arlindenor Pedro de Souza em Ferreira, Rocha e Freire (2001).

⁵⁸ Ver Sento-Sé (1999:225).

⁵⁹ Ver *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1982.

no pleito, e o número de parlamentares eleitos aliados do líder carioca declinou sensivelmente.⁶⁰ Por sua vez, o PT, que tinha lançado a candidatura de Lisâneas Maciel para o governo do estado, não conseguiu angariar apoio do eleitorado fluminense, obtendo resultados eleitorais inexpressivos.⁶¹

Enfraquecida com a derrota de seu candidato Moreira Franco ao governo do estado, a corrente amaralista perdeu definitivamente espaço político. A vinculação de Amaral ao PDS não tinha trazido os resultados esperados. Ainda que seu novo partido, na esfera federal, mantivesse forças para controlar o ritmo do processo de abertura política, no estado do Rio de Janeiro ele tinha sofrido total esvaziamento, especialmente depois da transferência de Moreira Franco para o PMDB, com vistas a disputar as futuras eleições de 1986 para o governo do estado.⁶²

Um balanço final das eleições de 1982 demonstra que Brizola impôs uma veemente derrota às máquinas federal e estadual, além de se projetar como figura nacional, visto que foi o único governador eleito fora do circuito PMDB/PDS. No Rio de Janeiro, a vitória de Brizola foi encarada, pelo menos entre parte dos pedetistas, como a quebra num ciclo político do estado, desfazendo a supremacia do antigo MDB e redefinindo o arranjo político estadual.⁶³

Os efeitos da vitória de Brizola não ficariam, no entanto, restritos ao campo político fluminense: o líder trabalhista encarava sua volta à vida partidária e sua nova tarefa de governar o Rio de Janeiro como um trampolim para a Presidência da República.

Depois dos resultados eleitorais de 1982, a luta pelas eleições diretas para presidente ganhou novo impulso. Ao longo de 1984, a campanha “Diretas Já” incendiou o país, mobilizando amplos setores da população e contando com o apoio dos principais governadores da oposição — Brizola (RJ), Tancredo Neves (MG) e Franco Montoro (SP). Nesse contexto, o governador fluminense, acionando seu capital simbólico de herdeiro do trabalhismo e líder de massas, iria conquistar cada vez mais espaços na política nacional, tornando-se um ator importante e uma força política emergente com capacidade de interagir nos rumos da reconstrução da democracia no país.

⁶⁰ Ver Sarmiento (2002, cap. 6).

⁶¹ Ver Ferreira, Rocha e Freire (2001).

⁶² Ver Ferreira (1999a).

⁶³ Ver Sento-Sé (1999).

Conclusão

Passados quase 30 anos da fusão do Rio de Janeiro, podemos nos desprender das lutas do momento e perceber com clareza que setores da elite política e econômica carioca endossaram o projeto de Geisel e tiveram efetiva participação na sua implementação. A não concretização dos objetivos almejados — a obtenção de recursos do governo federal para dinamizar a economia do novo estado (no que se refere às elites econômicas) e a ampliação do espaço político da Arena carioca (inviabilizada com a postura adotada por Faria Lima de não atender às demandas dos arenistas, garantindo as conquistas chaguistas pré-fusão) — gerou um grande desapontamento entre seus partidários, que procuraram então se desvincular completamente da iniciativa, passando a atribuir ao governo federal a responsabilidade exclusiva pela medida. O fato de não ter sido atingida a principal meta do projeto da fusão — criar um novo estado do Rio como pólo econômico dinâmico, dotado de força política e capaz de estabelecer um equilíbrio federativo diferenciado, e, paralelamente, construir uma nova identidade política e cultural para este ente — produz até hoje um sentimento de perda e insatisfação. A eterna busca de uma idade de ouro, localizada ora na época do Rio-capital, ora na época da cidade-estado, é o indício de laços identitários frágeis e de uma memória dividida, aspectos que marcam a trajetória das duas partes que compõem o atual estado.

Por outro lado, as eleições de 1982 e a vitória de Brizola para o governo do estado encerraram um ciclo da vida política fluminense, provocando o definitivo afastamento de cena de duas de suas mais tradicionais lideranças, Amaral Peixoto e Chagas Freitas. Com isso, o projeto político de Geisel, no que se refere tanto à fusão do Rio de Janeiro quanto ao ritmo e aos contornos do processo de transição política no país, sofreram abalos importantes.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena; SARMENTO, Carlos Eduardo; ROCHA, Dora (Orgs.). *Mario Henrique Simonsen: um homem e seu tempo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BRASILEIRO, Ana Maria. *A fusão: análise de uma política pública*. Brasília: Ipea/Iplan, 1979. (Estudos para o Planejamento, 21).
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DHBB — *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coords.). 2. ed. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2001.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: historiografia e fontes. BIB — *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 36, 1993.

_____. Uma relação de amor e ódio. In: _____. *Em busca da idade de ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____. (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. (Coord.). *Hamilton Xavier e Saramago Pinheiro (depoimentos)*. Rio de Janeiro: FGV, 1999a.

_____. A fusão: chaguismo x amaralismo. In: SARMENTO, C. E. (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999b.

_____. Memória política e história do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a. p. 7-33.

_____. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2000b.

_____; GRYSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo (Orgs.). *Vozes da oposição (depoimentos de Lysâneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral, Jó Rezende)*. Rio de Janeiro: Graffline, 2001.

_____; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Cpdoc, 2002.

FIGUEIREDO, Marcus; LIMA JR.; Olavo Brasil de; SOUZA, Amaury de. *Brizola e as eleições de 1982*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1985. (Série Estudos, 40).

FLEISCHER, David. *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: UnB, 1988.

FREIRE, Américo. O governador do estado do Rio de Janeiro. In: SARMENTO, C. E. (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____; SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, 1999.

MOREIRA, Marcela Gonçalves Rocha. *O Rio não é um município qualquer: a fusão e a criação do município do Rio de Janeiro (1975)*. Dissertação (Mestrado em História) — IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

MOTTA, Marly Silva da. Que será do Rio? — refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo — Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 2, n. 4, p. 146-174, 1997.

_____. *Célio Borja (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001a.

* _____. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: FREIRE, A.; SARMENTO, C. E.; MOTTA, M. S. da (Orgs.). *Um estado em questão: 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001b.

_____; SARMENTO, Carlos Eduardo (Orgs.). *A construção de um estado: a fusão em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, A. de C.; PANDOLFI, D.; ALBERTI, V. (Coords.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Cpdoc, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo (Coord.). *Paulo Duque (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-83): liderança, voto e estruturas clientelistas*. Tese (Doutorado) — Ifcs/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Os estudos de política no Rio de Janeiro e a criação de um campo de pesquisa. In: CPDOC/FGV. *Cpdoc 30 anos*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Anexo 1

Trabalhos produzidos dentro da linha de pesquisa “História do Rio de Janeiro”, do Cpdoc (em ordem cronológica)

FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Angela de Castro. Industrialização e classes trabalhadoras no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 24, 1987.

_____. (Coord.). *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

GRYNSZPAN, Mário. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 1990.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: historiografia e fontes. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 36, 1993.

_____. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

_____; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História. Espaço Plural*, São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estados. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

FREIRE, Américo Oscar Guichard. Campos Sales e a República Carioca. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora: NHR-UFJF, v. 2, n. 1, 1996.

_____. Que será do Rio? Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo — Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 2, n. 4, p. 146-174, 1997.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-83): liderança, voto e estruturas clientelistas*. Tese (Doutorado) — Ifcs/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

MOREIRA, Marcela Gonçalves Rocha. *O Rio não é um município qualquer: a fusão e a criação do município do Rio de Janeiro (1975)*. Dissertação (Mestrado em História) — Ifcs/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

Anexo 2

Trabalhos produzidos pelo Cpdoc e publicados pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense (em ordem cronológica)

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro (depoimentos de Barbosa Lima Sobrinho, Villas-Bôas Corrêa, Murilo Melo Filho, Pedro do Coutto, Marcio Moreira Alves, Rogério Coelho Neto, Paulo Branco)*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FREIRE, Américo (Coord.). *José Talarico (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MOTTA, Marly Silva da (Coord.). *Erasmu Martins Pedro (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SARMENTO, Carlos Eduardo (Coord.). *Paulo Duque (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

_____. (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MOTTA, Marly Silva da (Coord.). *Célio Borja (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Hamilton Xavier e Saramago Pinheiro (depoimentos)*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FARIAS, Ignez Cordeiro de (Coord.). *Jorge Loretti (depoimento)*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo (Orgs.). *Vozes da oposição (depoimentos de Lysâneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira,*

Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral, Jó Rezende). Rio de Janeiro: Graflin, 2001.

MOTTA, Marly Silva da; SARMENTO, Carlos Eduardo (Orgs.). *A construção de um estado: a fusão em debate (depoimentos de Faria Lima, Balthazar da Silveira, Ronaldo Costa Couto, Francisco de Mello Franco, Roberto Paraíso Rocha, Oswaldo Domingues, Israel Klabin, Gilberto Rodriguez)*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (Orgs.). *Um estado em questão: 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

FREIRE, Américo. *Guerra de posições na metrópole: a prefeitura e as empresas de ônibus no Rio de Janeiro (1906-48)*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.